

Os Estudos de Literatura Brasileira nas Universidades Portuguesas.....

Arnaldo Saraiva

A história da cadeira de Literatura Brasileira ou dos estudos de literatura brasileira nas universidades portuguesas é uma história acidentada e pouco coerente com a importância geralmente atribuída em Portugal, e não só, a essa literatura, com as teorias comuns do luso-brasilismo, com o tratamento que nas universidades brasileiras tem sido dado à Literatura Portuguesa, e com os objectivos e as concepções de uma “pátria de língua portuguesa”, ou tão só com as exigências culturais da Pátria Portuguesa.

Quando em 9 de Maio de 1911 nasceram as Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra dos seus *curricula* não constava nenhuma cadeira de Literatura Brasileira (ou de Cultura Brasileira, ou de História do Brasil), que naturalmente também não constava do Curso Superior de Letras, a funcionar desde 1859.

E no entanto tudo parecia justificá-la (justificá-las). Por um lado, o Brasil começara a tomar consciência e a ser reconhecido internacionalmente como uma “grande nação” — o que contribuiu até para a vaga de “ufanismo” do início do século: por outro lado, impusera-se definitivamente, depois das polémicas linguístico-literárias da segunda metade do séc. XIX, iniciadas por José de Alencar, o conceito de “literatura

brasileira” independente da portuguesa; e por outro lado ainda, começavam a fazer-se sentir algumas dificuldades de monta no intercâmbio cultural entre os dois países, sobretudo do Brasil para Portugal. Ao mesmo tempo que diminuía o prestígio e o peso da colónia portuguesa no Brasil, e não tanto por estancamento da emigração (pois a proclamação da República contribuiu para o seu aumento) como pela competição com outras colónias, nomeadamente a italiana, cessara, ou quase, a vinda regular de estudantes brasileiros para Portugal (embora D. Manuel II tivesse autorizado a entrada directa nos cursos superiores portugueses dos brasileiros que tivessem o curso liceal) e a participação de intelectuais brasileiros nos movimentos literários portugueses — o que levou Pedro da Silveira a falar, com alguma impropriedade, em “últimos luso-brasileiros”¹. Mas outras razões tornavam imperiosa a atenção das universidades portuguesas ao Brasil.

A essas razões aludiu Alberto de Oliveira — o poeta português, não o brasileiro — quando formulou pela primeira vez em público o seu desejo de ver criada numa das universidades portuguesas uma cadeira de história, geografia e literatura brasileira: “o Brasil continua a ser um prolongamento, não apenas

¹ Pedro da Silveira, *Os Últimos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

económico, mas também intelectual e moral, do nosso território. Basta a comunidade da língua para nos assegurar essa situação. E o imenso serviço que o Brasil nos presta expandindo a nossa língua na América terá também repercussão na Europa /.../ Não esqueçamos pois que esse precioso tesouro que é a nossa língua, enriquecido por tantas obras-primas que nela encontraram expressão, tem hoje como principal depositário o Brasil"...²

Estas palavras foram pronunciadas em 11 de Novembro de 1915, na Academia das Ciências de Lisboa, que nomeara o então Cônsul Geral de Portugal no Brasil seu sócio correspondente. Menos de um mês depois, Alberto de Oliveira voltaria à carga, noutra sessão da Academia, realizada no dia 2 de Dezembro: "Se essa cadeira vier a criar-se, os estudantes da Faculdade de Letras que se destinam em geral ao professorado, sairão daquela Escola aptos a transmitir os conhecimentos adquiridos sobre a vida brasileira a novas camadas e gerações de alunos; e assim se desvanecerá rapidamente um estado de coisas que não podemos encarar hoje sem desgosto."³

Conquistado o apoio unânime dos académicos, entre os quais se contavam grandes amigos do Brasil, como João de Barros e Júlio Dantas, Alberto de Oliveira foi pedir o dos próprios universitários da Faculdade de Letras de Lisboa, então dirigida por Queirós Veloso; este transmitiu a sua ideia aos vários docentes, entre os quais Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Augusto Epifânio da Silva Dias, Adolfo Coelho, que logo a aprovaram, também por unanimidade, e que levaram ao Ministro da Instrução Pública, Pedro Martins, uma proposta que ele, sabendo ainda por cima da simpatia com que era encarada pelo Presidente da República, Bernardino Machado, que nascera no Brasil, e pelo Chefe do Governo, Afonso Costa, logo transformou em projecto de lei, e que viria a ser aprovada, uma vez mais por unanimidade, na Câmara de Deputados, em 12 de Junho de 1916 (Lei 586).

O Decreto exigia, no primeiro dos seus 5 artigos, que a "cadeira de

estudos brasileiros" fosse "comum a todas as secções" da Faculdade de Letras de Lisboa; no segundo exigia que nela se estudasse "simultaneamente a história política e económica desse país, a sua literatura, as suas condições geográficas, a sua etnografia, a sua arte, enfim, as diversas modalidades da civilização brasileira sob todos os aspectos; e no terceiro exigia que ela fosse "em regra, regida por um Brasileiro de reconhecida competência". (O artº 4º referia-se ao vencimento do professor, inteiramente suportado pelo Estado português, e o artº 5º revogava a legislação em contrário). Se o primeiro artigo iria criar algumas dificuldades aos docentes da cadeira, foi o terceiro que determinou o adiamento, por vários anos, da sua inauguração e do seu funcionamento. Com efeito, a euforia com que Alberto de Oliveira anunciou à Academia Brasileira de Letras, em 22 de Junho, a criação da cadeira de Estudos Brasileiros iria durar pouco tempo: a mesma Academia, em que a Faculdade de Letras delegara a responsabilidade da escolha do professor, mostrava-se algo desinteressada ou impotente para o colocar em Portugal. O primeiro em que pensou, Miguel Calmon, desistiu de vir para a Europa depois da entrada do Brasil na Guerra; e outros como Graça Aranha, João Ribeiro, Afrânio Peixoto, Coelho Neto, nomeados, indigitados ou falados para ocupar o lugar, acabavam por invocar razões de vária ordem para permanecerem no Brasil⁴. Em 15 de Abril de 1920, aproveitando a oportunidade de um discurso na Academia Brasileira de Letras, João de Barros pedia aos académicos a "intervenção decisiva neste caso"⁵.

Em 1923, ainda a cadeira de Estudos Brasileiros existia apenas no papel. Mas, inconformada com tal situação, a Faculdade de Letras de Lisboa decidiu solicitar à Academia Brasileira de Letras a nomeação de Oliveira Lima, que então estava em Portugal, onde aliás nascera o seu pai, e onde ele estudara desde menino, tendo inclusivamente sido aluno do Curso Superior de Letras. E foi assim que a cadeira de Estudos Brasileiros pôde ser inaugurada em 9 de Junho de 1923. A orientação historicista que, à partida,

² *Na Outra Banda de Portugal*, Lisboa, Portugal-Brasil, Rio de Janeiro, Comp. Ed. Americana/Livr. Francisco Alves, s/d (1919), pp. 83-84. Recorde-se que em 1900 o Brasil tinha pouco mais de 18 milhões de habitantes; e que em 1923 Manuel Múrias, exactamente na inauguração da Cadeira de Estudos Brasileiros, imaginava o dia em que o Brasil teria "cem milhões de habitantes".

³ *Id.*, p. 97.

⁴ De acordo com Mário de Albuquerque, que foi professor da cadeira de Estudos Brasileiros, esta tinha um "apertado regime económico" ("O papel das Universidades na política Atlântica" in *Atlântico*, nº 4, Lisboa, 1943, p. 150). Acontece, porém, que, de acordo com o artº 4º do Decreto que criava a cadeira de Estudos Brasileiros, o seu professor tinha um vencimento "igual ao dos professores ordinários da Faculdade de Letras" (quer dizer, o mais alto — já que "professor ordinário" era então o nome que se dava ao catedrático).

⁵ *Sentido do Atlântico*, Paris/Lisboa, Ailland e Bertrand, 1921, p. 227.

iria ser dada à cadeira adivinhava-se na escolha de Oliveira Lima — no entanto autor da prestimosa obra *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* —, mas tornava-se evidente no conteúdo das primeiras lições: “A independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário”; “Carácter da evolução histórica brasileira”; “Feições da política externa e do desenvolvimento económico do Brasil”; “O Brasil como potência americana”⁶.

Mas já comprometido com a docência na Universidade Católica de Washington, à qual deixaria uma Biblioteca de 40 mil volumes, Oliveira Lima não pôde dar mais do que essas quatro lições, todas em Junho de 1923, e todas repetidas no mês seguinte na Universidade de Coimbra. O seu sucessor, Manuel de Sousa Pinto, também brasileiro de nascimento, e também educado em Portugal, onde se diplomara em Direito e em Letras, foi nomeado em despacho de 8 de Dezembro de 1923; e, embora tenha declarado na “lição inaugural” que pretendia “apenas fazer história”, voltou-se quase exclusivamente para o campo literário; nessa mesma “lição inaugural” falou de problemas gerais da língua e da literatura brasileira (“nascida anteontem, logo robusta, hoje brilhante”⁷), citou vários autores das duas literaturas de língua portuguesa, cujas relações pretendia explorar, e foi mesmo até ao ponto de criticar abertamente os termos do artº 2º do Decreto que criara a cadeira: “Para realizar tão vasta ambição, só vejo dois meios: uma enciclopédia ou um compêndio elementar.”⁸

Manuel de Sousa Pinto regeu a cadeira até 1934, ano em que faleceu (a 7 de Junho), tendo-lhe sucedido Mário de Albuquerque, português de Viseu, que foi recrutado de entre os professores do quadro da Faculdade de Letras. Formado em Direito e em Ciências Históricas e Geográficas (e doutorado em História), não admira que Mário de Albuquerque, como Oliveira Lima, se preocupasse pouco com a literatura propriamente dita, ao longo dos vários anos em que foi responsável pela cadeira, ou seja, até 1957. Isto apesar de o regime da cadeira que ele foi encontrar ter sido ligeiramente modificado em relação ao do tempo de Oliveira Lima.

Com efeito, o Decreto nº 18.003, de 25 de Fevereiro de 1930, determinava que a cadeira anual e “anexa” de Estudos Brasileiros fosse obrigatória apenas no 3º ano de Filologia Românica (curso que então durava 4 anos, e que obrigava no último ano às cadeiras *semestrais* — note-se — de Literatura Espanhola e Literatura Italiana). E esse regime vigorou até 1957, quando o Decreto nº 41.341 de 30 de Outubro impôs a famosa reforma das Faculdades de Letras que se deveu ao ministro Francisco Leite Pinto. Por esta reforma, a cadeira de Estudos Brasileiros desdobrava-se, como se impunha, em duas: Literatura Brasileira, e História do Brasil. A Literatura Brasileira era anual, obrigatória no 5º ano (criado de modo a permitir o “funcionamento de seminários para aprendizagem da investigação científica e elaboração da dissertação de licenciatura”), exigia 4 horas de aula semanais, e era optativa não só para os cursos de História e Geografia, como lembrou Fernando Cristóvão⁹, mas também de Filosofia. Quer dizer: de todos os alunos da Faculdade de Letras só os de Filologia Clássica e Filologia Germânica não tinham acesso à Literatura Brasileira. Quanto à História do Brasil, era semestral (2º semestre), obrigatória no 4º ano do curso de História com 4 horas semanais, e não era oferecida como opção, nem aos alunos de Filologia Românica.

Mas a reforma de Leite Pinto trazia outra inovação de monta: obrigava a que os doutorandos em Filologia Românica respondessem em provas sobre Literatura Brasileira e que os doutorandos em História respondessem em provas sobre História do Brasil, assim como permitia que muitos licenciados das duas secções defendessem teses de licenciatura que incidiam sobre matérias, obras e autores brasileiros. Como se isso não bastara, a reforma teve ainda o mérito indirecto de colocar na cátedra de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras de Lisboa a figura prestigiada e prestigiante de Vitorino Nemésio, e o de estimular a criação dessa cadeira na Universidade de Coimbra, onde no entanto só começou a funcionar em 1960. Convém lembrar no entanto que a reforma de 1930 já havia criado na

⁶ Estas lições foram publicadas no volume *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, Lisboa, Clássica Editora, 1923.

⁷ Manuel de Sousa Pinto, *Língua Minha Gentil*, Lição inaugural da cadeira de Estudos Brasileiros. Paris/Lisboa, Aillaud e Bertrand, Porto, Chardron, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1924, pp. 37.

⁸ *Id.*, p. 38.

⁹ “Situação e problemas do ensino da Literatura brasileira em Portugal”, in *Actas do X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e do I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Brasileira, 1986, p. 115.

Universidade de Coimbra a cadeira de Estudos Brasileiros; e que esta Universidade — ou a sua Faculdade de Letras — organizava desde os tempos de Oliveira Lima cursos ou lições de Literatura Brasileira. O próprio Manuel de Sousa Pinto já em 1928, 1929 e 1930 ali se deslocara para fazer, em cursos de férias, conferências, sobre *O Testamento Poético de Bilac*¹⁰, sobre *Romancistas Brasileiros*¹¹ e sobre a *Poesia Moderníssima do Brasil*¹². E em 7 de Dezembro de 1937 o poeta Eugénio de Castro inaugurava uma “Sala do Brasil” na mesma Faculdade de Letras coimbrã, de que era então director. Mais tarde, essa “Sala” daria lugar a um Instituto de Estudos Brasileiros, que em 1942 começou a editar a revista *Brasília*, sob a direcção de Rebelo Gonçalves.

A fecundidade que a reforma Leite Pinto trouxe aos estudos brasileiros em Portugal foi interrompida pelo Decreto nº 48.627, de 12 de Outubro de 1968, devido ao ministro José Hermano Saraiva, que curiosamente viria a ser nomeado embaixador de Portugal no Brasil. Por esse decreto, que criou nas Faculdades de Letras o grau de bacharel, e que pretendia “lançar mais rapidamente na vida diplomados com habilitação suficiente para o exercício de várias actividades”, a Literatura Brasileira deixava de ser optativa, só era acessível (obrigatória) para os alunos de Filologia Românica, mas era também transferida do 5º ano para o 4º, tal como a História do Brasil era transferida do 4º ano (do curso de História) para o 3º, continuando a ser semestral.

A reforma de Sottomayor Cardia (decreto nº 53/78, de 31 de Maio), que pretendeu corrigir erros das reformas anteriores e, na sua polivalência ou combinatória curricular, pretendeu incorporar as ideias postas em prática nas várias Faculdades depois do 25 de Abril, quando os *curricula* eram votados internamente e submetidos a ratificação ministerial¹³, veio impor a História do Brasil como cadeira de opção (mas só no curso de História) e veio impor a cadeira de Literatura Brasileira como obrigatória apenas no curso de Estudos Portugueses, que durante vários anos seria o menos frequentado dos cursos de Línguas e

Literaturas Modernas, colocando-a ainda por cima no 2º ano (o curso tinha 4 anos); e embora a propusesse como opção nos cursos de Estudos Portugueses e Franceses, Portugueses e Espanhóis, Portugueses e Italianos, Portugueses e Alemães, Portugueses e Ingleses (alguns deles só existentes no papel) não a propôs — a não ser extra-curricularmente — noutras variantes, nem nos cursos de História, Geografia e Filosofia, nem sequer a nomeou como “área de conhecimento” (artº 6º), ao lado da Literatura Francesa, Espanhola e Italiana. Acresce que, oficializando a abolição da tese de licenciatura, a reforma de 1978 mais agravou a situação curricular já anteriormente precária da Literatura Brasileira.

O regime anual e a designação da cadeira vieram a conhecer uma alteração parcial pelo Decreto nº 75/84, de 27 de Novembro, assinado por José Augusto Seabra. Com efeito, esse decreto modificava o *curriculum* da variante do curso de Línguas e Literaturas Modernas denominada “Estudos Portugueses”, onde já não aparecia a “Literatura Brasileira” mas aparecia a “Literatura Brasileira I” e a “Literatura Brasileira II”; a primeira era obrigatória para os alunos do 3º ano de Estudos Portugueses, mas era também oferecida como opção aos alunos de variantes da mesma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas que tinham a componente “Estudos Portugueses” (Estudos Portugueses e Franceses, Estudos Portugueses e Ingleses, Estudos Portugueses e Alemães); a segunda era obrigatória para os alunos do 4º ano de Estudos Portugueses, e optativa para os mesmos alunos de variantes com a componente “Estudos Portugueses”.

A introdução de um segundo nível de Literatura Brasileira nos *curricula* representou uma reacção contra a tendência para a desvalorização ou para a marginalização dessa Literatura patenteada nas reformas levadas a cabo por José Hermano Saraiva, em 1968, e por Sotomayor Cardia, em 1978; Mas a reacção a tal tendência foi demasiado tímida: por um lado, para a Literatura Brasileira II — que na realidade só começou a funcionar no

¹⁰ Coimbra: Coimbra Editora, 1928.

¹¹ Coimbra, Coimbra Editora, 1929.

¹² Coimbra, Coimbra Editora, 1930.

¹³ Na Faculdade de Letras do Porto foi aprovado em Novembro de 1974 um Plano de Reestruturação em que a Literatura Brasileira figurava como “opção condicionada” do 4º e do 5º ano de Filologia (Clássica, Românica, Germânica) ou como “opção livre” do 4º e 5º anos de outros cursos.

ano lectivo de 1988-1989, dado que os primeiros alunos afectados pela nova reforma eram os que em 1984 frequentavam o 1º ano, e a nova cadeira era destinada ao 4º ano — só se previa o regime semestral; por outro lado, o decreto — que, curiosamente, não se applicava à Universidade Nova de Lisboa — não obrigava sequer à frequência da Literatura Brasileira II os alunos de variantes que tinham a componente “Estudos Portugueses”, nem na prática a permitia aos alunos “de todos os cursos das Faculdades de Letras”, como dizia no seu artº 1º, mal articulado com o 4º.

De resto, o contexto em que nasceu tal Decreto pedia certamente maior atenção ou consideração para a Literatura Brasileira. No ano anterior, uma tentativa de reforma dos *curricula* de Letras do Brasil, avançada por Afrânio Coutinho, relegava a Literatura Portuguesa para um lugar secundário, o que indignou inúmeros professores brasileiros dessa Literatura e não deixou de indignar intelectuais portugueses, a começar por alguns que viviam no Brasil. Defendendo-se dos ataques, Afrânio Coutinho chegou a justificar-se com o estatuto que a Literatura Brasileira tinha nas Faculdades de Letras portuguesas, o que me levava também a escrever, em 1983, estas palavras: “Antes de protestarem, lamentarem, e até injuriarem, melhor seria que alguns portugueses se dessem conta do que se passa entre nós com a Literatura Brasileira”¹². E no X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literatura de Expressão Portuguesa, realizada em Lisboa, Coimbra e Porto de 20 a 26 de Fevereiro de 1984, houve congressistas que exprimiram pontos de vista idênticos ao que eu exprimira exactamente antes do início desse Encontro e Colóquio, num artigo publicado no *Expresso*: “Impõe-se que a Literatura Brasileira /.../ passe a ser uma cadeira bienal para os cursos em que agora é anual, e passe a ser obrigatória para os cursos em que agora é optativa (aqueles em que entra a componente de Língua e Literatura Portuguesa), passando a ser optativa para todos os outros cursos das

Faculdades de Letras”¹³.

Com efeito, nas “conclusões” do mesmo Encontro e Colóquio, apresentadas pela Professora Maria Leonor Buescu, figurava uma proposta que dizia o seguinte: “Que nessa mesma variante de Estudos Portugueses se alargue para dois anos o ensino obrigatório da Literatura Brasileira e se torne igualmente obrigatória a sua frequência durante um ano em todas as variantes das Licenciaturas em Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas que tenham componente portuguesa, devendo ainda figurar como disciplina optativa nos restantes cursos das Faculdades de Letras e Ciências Humanas”¹⁴.

O Preâmbulo do Decreto nº 75/84 aludia a esta proposta, mas calava e não contemplava a sua segunda parte: “Considerando que uma das conclusões mais importantes do Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa, realizado em Fevereiro de 1984 em Lisboa, apontava para a necessidade urgente de se inserir no currículo da variante de Estudos Portugueses da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas um 2º ano obrigatório de Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa”...

Além do que não contemplava, o Decreto falava num “2º ano” que não passava de meio ano, já que era semestralmente dividido por cada uma das cadeiras indicadas. Mas na Faculdade de Letras do Porto foi curto o período de vigência de tal Decreto, porque no ano lectivo de 1988-1989 começou a ser aplicada a “reestruturação curricular” aprovada pela Portaria nº 850/87, de 3 de Novembro. Só que dessa “reestruturação”, que ainda vigora, a Literatura Brasileira saiu ainda mais maltratada: a Literatura Brasileira I foi deslocada do 3º ano para o 2º, continuou a ser obrigatória só para os alunos de variante de Estudos Portugueses, continuou a ser acessível só mais aos alunos de variantes com a componente “Estudos Portugueses” não já como simples “opção” mas como “alternativa” (competindo com mais duas cadeiras), e deixou, neste

¹² *Diário Popular*, 14/4/1983.

¹³ *Expresso*, 18/2/1984.

¹⁴ *X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa - I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa - Actas*, Lisboa, Instituto de Cultura Brasileira, 1986, p. 49. Veja-se também o que, na p. 403, diz Beatriz Berrini: e, sobretudo, a comunicação de Fernando Cristóvão intitulada “Situação e problemas do ensino da Literatura Brasileira em Portugal” (pp. 114-123).

caso, de ter uma carga horária de 4 horas semanais, passando a ter apenas 2 horas.

Quanto à Literatura Brasileira II deixou de ser semestral, mas foi deslocada do 4º ano para 3º, e passou a ser acessível inicialmente só aos alunos da variante de Estudos Portugueses e desde 1992-93 a outros para quem todavia não é “obrigatória”, porque tanto no ramo educacional como no ramo científico passaram a tê-la como “alternativa”, em competição com Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I e com Linguística Aplicada. Quer isto dizer que pode haver alunos mesmo da variante de Estudos Portugueses que se formam sem terem feito a cadeira de Literatura Brasileira II, e alunos de variantes com a componente “Estudos Portugueses” que se licenciam sem nunca terem estudado a literatura brasileira. A situação parece tanto ou mais aberrante quanto é certo que os alunos da variante de Estudos Portugueses e Franceses, por exemplo, além de serem obrigados, como se compreende, a inscrever-se em vários níveis de Francês e de Literatura Francesa, podem escolher cadeiras como História de França, Geografia Humana de França, Cultura Francesa I, Cultura Francesa II, Literaturas Europeias de Expressão Francesa, Literaturas Americanas de Expressão Francesa, mas podem prescindir de qualquer dos dois níveis de Literatura Brasileira.

A tendência desfavorável à Literatura Brasileira nos *curricula* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto já se notara desde o momento em que, na sequência da publicação do Decreto nº 131/82, de 27 de Novembro de 1982, foi alterado o regime das cadeiras de opção. Se o Decreto nº 53/78, de 31 de Maio, indicava a Literatura Brasileira como disciplina de opção para os alunos de Estudos Portugueses e Franceses, de Estudos Portugueses e Espanhóis, de Estudos Portugueses e Italianos, de Estudos Portugueses e Ingleses, de Estudos Portugueses e Alemães, o Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto veio restringir o campo da escolha ao criar (em Estudos Portugueses e Franceses, e em Estudos Portugueses e Alemães)

dois blocos desiguais de opção e ao irradiar a Literatura Brasileira da lista das outras opções do Decreto nº 53/78. Assim, por exemplo, em Estudos Portugueses e Franceses os alunos viam-se *obrigados* a escolher, num ano, uma cadeira de entre estas quatro: Literatura Espanhola, Literatura Italiana, Culturas Regionais Francesas, Linguística Aplicada. Quanto à Literatura Brasileira poderiam escolhê-la no outro ano, mas ela constava de um bloco de 15 opções possíveis, a saber: Literatura Brasileira, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Literatura Hispano-Americana, Culturas Regionais Portuguesas, Sociolinguística, Psicolinguística, Língua Espanhola, Língua Italiana, Língua e Cultura Grega, Literatura Tradicional e Literaturas Marginais, Correntes Modernas de Linguística, Didáctica da Língua Inglesa, Cultura Francesa, Cultura Portuguesa, e Literatura Alemã Medieval.

Noutras Faculdades em que não houve alterações ao Decreto nº 75/84 as cadeiras de Literatura Brasileira (I ou II) têm sido afectadas por problemas de outra ordem - por exemplo, o escasso tempo lectivo e as dificuldades na contratação de docentes ou nas aquisições de livros. Em Aveiro, por exemplo, a cadeira não funcionou nestes últimos anos.

Como se vê, não terminaram ainda as instabilidades, as dificuldades e as complicações que desde o início enfrentou em Portugal o ensino universitário da Literatura Brasileira. Em todo o caso deve dizer-se que nas duas últimas décadas, com a criação de novas Universidades ou a abertura de novas Faculdades, se alargou consideravelmente o espaço português dos estudos dessa Literatura. Se durante muitas décadas eles ficaram confinados à Universidade de Lisboa, e se em 1960 foram iniciados na Universidade de Coimbra, em 1972 foram iniciados na Universidade do Porto; em 1978 foram iniciados na Universidade Nova de Lisboa (no curso de Estudos Portugueses); em 1979 foram iniciados na Universidade dos Açores (no curso de Português-Francês); em 1981 foram iniciados na Universidade Católica (Faculdade de Filosofia) de Braga (no curso de Humanidades); em 1982 foram

¹⁵ O *Diário da República* que publicou a Portaria nº 850/87, de 3 de Novembro, nos quadros minúsculos, quase ilegíveis — como se o Governo fosse afectado pela crise de papel — dos *curricula*, fala em “Literatura Brasileira” quando se trata das variantes de Estudos Portugueses e Franceses e de Estudos Portugueses e Ingleses. É certamente um lapso, ou uma gralha que se impõe corrigir (por “Literatura Brasileira I”), tanto mais que vem “Literatura Brasileira I” em Estudos Portugueses e Alemães.

iniciados na Universidade de Aveiro num curso livre, mas desde 1986 passou a ser leccionada nos cursos com a componente de português, embora nos últimos anos não tenha sido ministrada; em 1983 foram iniciados na Universidade Católica de Viseu (no curso de Humanidades); em 1987 foram iniciados na Universidade de Évora; em 1991 foram iniciados na Universidade do Minho; em 1994 foram iniciados na Universidade Aberta (Lisboa); e em 1997 foram iniciados na Universidade da Madeira.

Nalgumas dessas Universidades funcionaram, desde o início da década de 80, cursos de pós-graduação conducentes a um Mestrado de Literatura Brasileira, (em Lisboa associado a Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa), o que provocou o aparecimento de alguns valiosos estudos sobre autores e obras do Brasil, às vezes estudadas numa perspectiva comparatista.

O alargamento no espaço português dos estudos universitários de Literatura Brasileira implicou naturalmente o aumento de docentes dessa Literatura. Ainda não há muito, em Portugal só havia um ou dois professores que se dedicavam ao seu ensino. Hoje, quando a cadeira é obrigatória em várias Faculdades, o número de docentes activos de Literatura Brasileira já ultrapassa a dezena.

Será interessante elaborar a lista dos nomes dos professores — de catedráticos a assistentes — que ensinaram ou ensinam Literatura Brasileira em Portugal:

Na Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras):

Oliveira Lima (1923)
Manuel de Sousa Pinto (1923-1934)
Mário de Albuquerque (1934-1957)
Vitorino Nemésio (1957-1971)
Fernando Cristóvão (1971-1979);
(1981-1999)
Vânia Chaves (1974-1984); (1986-...)
Gilberto Mendonça Teles (1984-1986)
Maria de Santa Cruz (1984-1986);
(1988-...)
Alberto Carvalho (1988-1989)

Na Universidade de Coimbra:

Joanice Passos (1960-1962)
Guilhermino César (1962-1965); (1968-
-1970)

Temístocles Linhares (1965-1967)
Ofélia Paiva Monteiro (1967-1968);
(1972-1973)
Hamilton Elia (1970-1971)
Leodegário A. de Azevedo Filho (1971-
-1972)
Albino Bem Veiga (1973-1974)
Maria de Jesus Evangelista (1974-1975)
João de Oliveira Lopes (1975-1987)
Pires Laranjeira (1987-1989)
Cristina Laranjeira (1988-1989)
Maria Aparecida Ribeiro (1991-...)

Na Universidade do Porto:

Arnaldo Saraiva (1972-1976); (1979-...)
Teresa Leal Martínez (1972-1973)
Maria de Fátima Marinho Saraiva
(1976-1979); (1988-1989)
Francisco Topa (1990-1996)
Joana Matos Frias (1996-1999)

Na Universidade Nova de Lisboa:

Mário António de Oliveira (1978-1983)
Abel Barros Baptista (1983-1989);
(1991-...)

Na Universidade dos Açores:

Maria da Conceição Vilhena (1979-
-1980)
Maria Margarida Maia Gouveia (1981-
-1988); (1991-...)
Luís António de Assis Brasil (1989-
-1990)
Celestino Sachet (1990-1991)

Na Universidade Católica de Viseu:

José Alves Pires (1983-1984)
Miguel Gonçalves (1984-1986)
Aires Pereira do Couto (1986-1987)
Ana Cristina (1987-1988; 1990-1991)
Maria Aparecida Ribeiro (1987-1993)
Sara Augusto (1991-...)

Na Universidade de Aveiro:

John Parker (1982-1983); (1986-1987)
Maria de Fátima Mamede Albuquerque
(1983-1984); (1988-1989)

Na Universidade Católica de Braga:

José Alves Pires (1982-...)

Na Universidade do Minho:

Carlos Mendes de Sousa (1990-1992;
1993-...)

José Alves Pires (1992-1993)

Na Universidade de Évora:

Beatriz Weigert (1987-...)

Francisco Soares (1998-1999)

Na Universidade Aberta (Lisboa):

Rosa Piedade (1994-1997)

Maria Aparecida Ribeiro (1997-1998)

Rui Teixeira (1998-...)

Na Universidade da Madeira (Funchal)

Fernando Cristóvão (1997-1998)

Luísa Antunes (1997-...)

Analisando a lista dos professores que têm ensinado Literatura Brasileira em Portugal podemos chegar a algumas conclusões. Verificamos, por exemplo, que são brasileiros muitos desses professores, mantendo-se a boa tradição que vem de Oliveira Lima, mas todos ou quase todos têm formação literária, não histórica. Verificamos também que entre os portugueses há poucos doutorados em Literatura Brasileira, o que diz bem do estatuto que a Literatura Brasileira tem tido nos *curricula* portugueses. E verificamos ainda que é escassa a produção de obras da especialidade desses professores; mas alguns ainda são jovens, e outros têm-se visto ou vêem-se obrigados a dividir o ensino da Literatura Brasileira com o de outras matérias — sendo que a todos tem faltado também o estímulo e o apoio do Governo Brasileiro e de várias Instituições brasileiras, frequentemente indiferente à sorte dos estudos brasileiros no país irmão, embora por vezes multipliquem os esforços para promover os estudos brasileiros noutros países.

Os efeitos do ensino universitário de literatura brasileira são notórios e podem ser medidos pelas teses - de licenciatura, de mestrado e de doutoramento - que vêm sendo apresentadas nalgumas universidades. Embora sabendo que não serei exaustivo, quero aqui deixar um primeiro inventário das teses apresentadas (com exceção da primeira) desde 1986, teses que vão indicadas por ordem cronológica:

Teses de Doutoramento

Fernando Cristóvão

Graciliano Ramos: Estrutura e Valores de um Modo de Narrar

Universidade de Lisboa, 1974

Editada no Rio de Janeiro, Editora Brasília, 1975 (2.^a ed., 1977)

Arnaldo Saraiva

O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português

Universidade do Porto, 1986

Edição do Autor, Porto, 1986

Vânia Chaves

O Uruguaia e a Fundação da Literatura Brasileira. Um Caso de Diálogo Textual

Universidade de Lisboa, 1990

Parte desta tese foi reformulada e sintetizada para publicação com o mesmo título - mas sem subtítulo - em Campinas, Editora da Unicamp, 1997

Maria de Santa Cruz

Crítica e Confluência em Aventuras de Diófanes (1752)

Universidade de Lisboa, 1990

Rosaura Gil Marques

Formas e Processos de Estrutura no Romance Simbolista

Universidade de Lisboa, 1992

Maria Margarida de Maia Gouveia

Cecília Meireles - Uma Poética do "Eterno Instante"

Universidade dos Açores, 1993

Abel Barros Baptista

Autobiografias - Solicitação do Livro na Ficção e na Ficção de Machado de Assis

Universidade Nova de Lisboa, 1995

Editado em Lisboa, Relógio d'Água, 1998

Petar Dimitrov Petrov

O Realismo na Ficção de José Cardoso Pires e de Rubem Fonseca

Universidade de Lisboa, 1996

Teses de Mestrado

Gilberto Moura

Situação do Caramuru na Épica Luso-Brasileira

Universidade de Lisboa, 1986

Augusta Zuzarte Afonso da Silva
Cannas da Cunha
Maíra: *Memorial dum Povo Desfeito*
Universidade de Lisboa, 1987

Cláudia Maria dos Santos Álvaro
*Leituras de Autores Brasileiros nas
Revistas Literárias Portuguesas dos
Anos 30*
Universidade Nova de Lisboa, 1988

Jorge Henrique Moniz Ribeiro
*As Origens da Narrativa no Brasil-
Os Contos que não Nasceram*
Universidade de Lisboa, 1988

Isabel Maria Abranches B. Ramos
*A Construção da Personagem
Feminina no Universo Narrativo de
Histórias do Desencontro de Lygia
Fagundes Telles*
Universidade de Lisboa, 1989

Fernando Gomes Marques do Vale
*A Obra Infantil de Monteiro Lobato:
Inovações e Repercussões*
Universidade de Lisboa, 1989

Petar Dimitrov Petrov
*Rubem Fonseca: da Temática à
Ideologia em Feliz Ano Novo*
Universidade de Lisboa, 1988

Rosa Maria Martelo Fernandes
Pereira
*Estrutura e Transposição: Invenção
Poética e Reflexão Metapoética na
Obra de João Cabral de Melo Neto*
Universidade do Porto, 1988
Editada no Porto, Fundação Eng^o
António de Almeida, 1990

Abel Barros Baptista
*Em Nome do Apelo do Nome - Duas
Interrogações sobre Machado de
Assis*
Universidade Nova de Lisboa,
1988/89
Editada em Lisboa, Litoral Edições,
1991

António José Ferreira Afonso
*João Cabral de Melo Neto: uma
Teoria da Luz*
Faculdade de Filosofia (Braga),
1993
Editada em Braga, APPACDM, 1995

Maria Antonieta Neves Pires
*A Narrativa Epistolar de Fernão
Cardim; a "Carta Anua" ou o Outro*

Lado da Narrativa
Universidade de Lisboa, 1996

Cecília Dias de Carvalho Henriques
da Conceição
*A Revista Atlântida - Documento
Sócio-Cultural e Literário de uma
Época*
Universidade Nova de Lisboa, 1997

Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho
*O Brasil na Vida e na Obra de
Francisco Gomes de Amorim*
Universidade do Porto 1998

Joana Matos Frias
*Tempo e Negação em Murilo
Mendes*
Universidade do Porto, 1998

Quando em 1923 foi inaugurada a cadeira de Estudos Brasileiros em Portugal, já o mesmo professor que a inaugurou tinha inaugurado duas em países onde não se falava a língua portuguesa — em França (Sorbonne, 1911), e nos Estados Unidos (Harvard, 1915)¹⁶. Curiosamente, em 1956 escreveria Vitorino Nemésio estas palavras: "Nem queiramos que os especialistas norte-americanos e franceses que ajudam o Brasil a fundar a sua ciência tropical nos tomem maior dianteira do que a que a bom título já levam"¹⁷.

Estas palavras faziam parte de uma "oração de sapiência" em que o futuro professor de Literatura Brasileira falou nas responsabilidades das Universidades portuguesas e brasileiras — dadas como campos de acção "de onde a comunidade luso-brasileira, tanto ou mais que do alto das cadeiras do poder, pode e há-de esperar alento e realidade duradouros"¹⁸ — no conhecimento do que é património comum aos dois povos irmãos, e não pode dizer só respeito a um deles. Vitorino Nemésio reclamava então "uma rectificação lenta, mas firme, dos nossos planos de estudo"¹⁹.

Tal rectificação começaria a ser feita logo no ano seguinte, na reforma de Leite Pinto, mas de então para cá pouco se fez para a levar a bom termo. A cadeira de Literatura Brasileira parece continuar a sofrer do "enguiço" que Alberto de Oliveira chegou a ver na cadeira de Estudos Brasileiros por que ele em boa hora se

¹⁶ Oliveira Lima, *op. cit.*, p. 21.

¹⁷ Vitorino Nemésio, *Problemas Universitários da Comunidade Luso-Brasileira*, separata do *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1954-1955. Lisboa, 1957, p. 21.

¹⁸ *Id.*, p. 19.

¹⁹ *Id.*, *ibid*

bateu.

A relativamente elevada frequência, às vezes por opção, e às vezes em condições desfavoráveis, das cadeiras de literatura brasileira é a garantia de que mais cedo ou mais tarde esta acabará por ter no ensino ou na circulação um estatuto mais adequado à sua importância, de algum modo contribuindo também para que no Brasil permaneça e se incremente o ensino e a circulação da literatura portuguesa (que, verdade seja dita, é privilegiada em dezenas e dezenas de Faculdades)²⁰.

Será curioso assinalar, por exemplo, que na Faculdade de Letras da Universidade do Porto o número de alunos de opção “alternativa” inscritos em Literatura Brasileira I sob a lei da Portaria nº 850/87 foi, há anos, o seguinte:

1988/89	68
1989/90	42
1990/91	23
1991/92	41

Quanto aos alunos de inscrição obrigatória, os de Estudos Portugueses, a frequência nesses anos foi a seguinte:

1988/89	115
1989/90	90
1990/91	88
1991/92	75

Isto perfaz os totais assinaláveis de, respectivamente, 183, 132, 111 e 116²¹.

No que diz respeito à Literatura Brasileira II, só acessível, e como “alternativa”, aos alunos de Estudos Portugueses, a frequência foi a seguinte:

1988/89	17
1989/90	44
1990/91	30
1991/92	50

No último ano lectivo (1998-1999) o número de inscrições nas cadeiras de Literatura Brasileira nas Universidades onde elas funcionaram foi o seguinte:

Universidade	Lit. Bras. I	Lit. Bras. II	X.B.
Porto	107	55	V. restrições à inscr.
Lisboa	118	49	
Nova de Lisboa	63	60	1 semestre cada
Minho (Braga)	80	67	

Universidade	Lit. Bras. I	Lit. Bras. II	X.B.
Açores	17	-	
Évora	27	27	1 semestre cada
Braga (Fac.de Fil.)	60	-	
Viseu	111	111	1 semestre cada
Aberta (Lisboa)	43		
Madeira	18	18	Semestre cada

Mas seja qual for a frequência que a Literatura Brasileira tenha nas Faculdades clássicas e noutras parece que se torna necessário modificar ou rectificar o quadro legal do seu ensino ou estudo, o que Vitorino Nemésio também já reclamava em 1957²². Impõe-se que, como escrevi em 1984, ela “passe a ser obrigatória para os cursos em que agora é optativa” (ou “alternativa”), e passe a “ser optativa para todos os outros cursos da Faculdade de Letras”²³. Na verdade, parece absurdo que haja alunos formados em *Estudos Portugueses* e Franceses, Ingleses, Alemães que sejam dispensados do conhecimento de autores como Machado de Assis, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, que todos os alunos de Letras deveriam poder estudar. É claro que só por si a melhor lei não resolverá todos os problemas do conhecimento e da divulgação da literatura brasileira em Portugal, o que passa também pelo trabalho de editores, distribuidores, agentes culturais de vários tipos, como passa por bolsas de estudo, subsídios de viagens, revisão de tarifas postais ou alfandegárias, etc., e como passa por uma boa política da língua.

O estreitamento de inteligências portuguesas e brasileiras, que Fernando Pessoa dizia urgente²⁴, não é apenas uma exigência da história passada dos nossos povos: é uma condição para que a cultura portuguesa — independentemente do que queiram ou façam os brasileiros — não se degrade ou perca valores que a impuseram ou impõem ao mundo.

Enquanto formos ignorantes ou “distraindo estudantes” da cultura e da literatura brasileiras (que só quase nos vêm em força por telenovelas e discos ou vídeos) arriscamo-nos a ser também estudantes distraídos ou ignorantes da literatura e da cultura portuguesas.

²⁰ Embora hoje ligeiramente desactualizado, vale a pena ler o relatório que sobre o ensino da literatura portuguesa nas Universidades brasileiras fez Lélia Duarte (v. *op. cit.* na nota 4, pp. 325-327).

²¹ Será interessante confrontar estes números com os de outras Faculdades. E vale a pena referir os números que em 1984 Carlos d'Alge referiu em resultado de um inquérito que fez: “Em Aveiro estudam Literatura Brasileira 70 alunos; em Lisboa, como opcional, 20 alunos e, como obrigatória, 7; em Coimbra 21 alunos estudam Literatura Brasileira como disciplina opcional e 5 como obrigatória; e na Universidade Nova de Lisboa 60 alunos, entre opcional e obrigatória” (v. *op. cit.* na nota 4, p. 328). Carlos d'Alge não apresentou números relativos à Faculdade de Letras do Porto, esclarecendo que daqui “não chegou nenhum questionário respondido”. Não sei a quem o enviou, porque a mim nenhum questionário me chegou às mãos. Poderi informar no entanto que em 1984 apresentaram-se a exame em Literatura Brasileira na Faculdade de Letras do Porto 65 alunos.

²² *Problemas Universitários da Comunidade Luso-Brasileira*, separata do Anuário da Universidade de Lisboa, 1954-1955, Lisboa, 1957.

²³ V. nota 13.

²⁴ *Obras em Prosa*, Rio de Janeiro, C.ia José Aguiar, 1974, p. 423.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Mário de — “O papel das Universidades na política atlântica”, *Atlântico*, nº 4, Lisboa, 1943, pp. 150-151.
- ALGE, Carlos d' — *O Território da Palavra*, Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1990
- BARROS, João de — *Adeus Brasil*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d (1962).
— *Caminho da Atlântida*, Lisboa, Atlântida, s/d (1918); 2ª ed., ampliada, Lisboa, Livr. Profissional, s/d.
— *Ontem Hoje Amanhã*, Lisboa, Livr. Clássica Edª, 1950.
— *Presença do Brasil*, Lisboa/Rio de Janeiro, Dois Mundos, Livros do Brasil/Livros de Portugal, 1946.
— *Sentido do Atlântico*, Paris/Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1921.
- CRISTÓVÃO, Fernando — “Situação e problemas do ensino da Literatura Brasileira em Portugal”, *Actas do X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e do I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Brasileira, 1986, pp. 114-123.
- FIGUEIREDO, Fidelino de — *Epicurismos*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1924.
- LIMA, M. de Oliveira e VELOSO, J. M. de Queirós — *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, Lisboa, Clássica Edª., 1923.
- MONTEIRO, Adolfo Casais — “A Literatura brasileira em Portugal”, *Jornal de Letras* (Rio de Janeiro), 1953.
- NEMÉSIO, Vitorino — *Problemas Universitários da Comunidade Luso-Brasileira*, sep. do *Anuário da Universidade de Lisboa*, 1954-1955, Lisboa, 1957.
— “Um brasileiro lisboeta”, *Diário Popular*, 16.1.1973.
- OLIVEIRA, Alberto de — *Na Outra Banda de Portugal*, Lisboa, Portugal-Brasil, Rio de Janeiro, Comp.ia Edª Americana/Livrª Francisco Alves, s/d (1919).
- PINTO, Manuel de Sousa — *Língua Minha Gentil*, Lição inaugural da cadeira de Estudos Brasileiros, Paris/Lisboa, Aillaud e Bertrand, Porto, Chardron, Rio de Janeiro, Livª Francisco Alves, 1924.
- REGO, A. da Silva — *Relações Luso-Brasileiras (1822-1953)*, Lisboa, Edições Panorama, 1966.
- SARAIVA, Arnaldo — *Meio Século de Estudos Brasileiros na Universidade Portuguesa*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, vol. I, Porto, 1973.
— *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português*, vol. I, Porto, 1986.
— “A Literatura Brasileira em Portugal”, *Expresso*, 18.2.1984.
— Depoimento ao *Diário Popular*, 14.4.1983.

